

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.074 - AR (2019/0350732-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
JUSROGANTE : JUZGADO FEDERAL DE NEUQUEN NO 1
INTERES. : TROPICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : MAGNO S.R.L.
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça argentina solicita que se proceda à intimação da empresa TROPICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. do despacho que decretou a revelia.

A intimação prévia foi recebida no endereço indicado, conforme o documento postal de fls. 85-86. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 87).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* (fls. 89-90).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 92).

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 90 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente